



CEDECA GLÓRIA DE IVONE
Centro de Defesa dos Direitos da Criança
e do Adolescente - Tocantins



AS GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO TÉCNICO

Elaboração

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do
Adolescente “Glória de Ivone” - Cedeca/TO.

Equipe de pesquisa

LaidyLaura P. de Araújo
Sistematização e análise dos dados

Simone P. Brito
Revisão de conteúdo

Fonte de Pesquisa:
Conselhos Tutelares

Palmas, abril de 2013.



CEDECA GLÓRIA DE IVONE
Centro de Defesa dos Direitos da Criança
e do Adolescente - Tocantins



Sumário

Apresentação	3
Abrangência	6
Metodologia	8
Resultados e Discussões.....	9
Conclusão.....	22
Referenciais Bibliográficas	25
Anexos.....	26



1. Apresentação

O relatório que ora apresentamos é resultado de um levantamento realizado em 36(trinta e seis) municípios do estado do Tocantins impactados direta e indiretamente pela construção das grandes obras de infraestrutura, tais como: hidrelétricas, atividades agrícolas e a ferrovia norte-sul. O objetivo do estudo foi realizar um mapeamento sobre os serviços públicos ofertados pelo município e as iniciativas que foram adotadas com o intuito de enfrentar os problemas decorrentes destes empreendimentos inclusive no tocante à exploração sexual de crianças e adolescentes.

O referido estudo foi desenvolvido junto aos Conselhos Tutelares dos municípios que sediam as obras, bem como aqueles municípios localizados no entorno das obras no período que corresponde ao ano de 2013.

Para atender as finalidades desta investigação, foram utilizados os seguintes instrumentos e técnicas para a coleta de dados: análise de documentos e aplicação de questionário com perguntas fechadas e abertas. A pesquisa teve caráter qualitativo, uma vez que seu propósito foi levantar dados e avaliar os serviços públicos existentes nas localidades alvo da pesquisa.

Visando conhecer a realidade dos municípios foi solicitado um mapeamento das principais características acerca dos serviços ofertados como: saúde, educação, habitação, segurança pública, assistência social, acolhimento institucional, violência sexual contra crianças e adolescentes, trabalho infantil, gravidez na adolescência bem como os principais problemas enfrentados pelo município em função da construção das grandes obras de infraestrutura.

Neste sentido a pesquisa teve dois momentos distintos e complementares: i) realização do levantamento bibliográfico sobre o objeto de estudo e ii) aplicação de questionários junto aos conselhos tutelares por meio virtual com perguntas abertas e fechadas para obtenção de informações sobre o objeto de estudo. Os dados coletados foram agrupados conforme o assunto abordado e sistematizados e organizados com base em sua natureza e especificidade



cujas respostas foram agrupadas e analisadas em consonância com o objeto da pesquisa conforme descrição que será feita adiante.

Cabe por oportuno contextualizar os fatos que antecederam a realização do estudo ora apresentado como forma de trazer luz à esta grave violação aos direitos humanos. Em junho de 2012, o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA/TO, por meio do Observatório dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, promoveu o Colóquio Estadual “**A violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto das Grandes Obras de Infraestrutura**”. O encontro foi realizado em Palmas e discutiu os impactos causados pelos grandes projetos de infraestrutura, com foco na exploração sexual de crianças e adolescentes. O evento fomentou o debate e promoveu a discussão, entre conselheiros tutelares, comunidades impactadas, sociedade civil e poder público, com o objetivo de encontrar formas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência sexual.

O Estado do Tocantins é hoje um dos grandes pontos de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Com isso, o atrai e recebe um grande fluxo de trabalhadores, que vem em busca de empregos, muitas vezes temporário. Esse aumento populacional não planejado produz uma rápida urbanização irregular e precária, a vulnerabilização de assentamentos já consolidados e a destruição de cadeias produtivas tradicionais. Estes processos concorrem para o aumento dos casos de homicídios, estupro, exploração sexual, trabalho infantil, subnotificação do registro de nascimento, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, drogadição, precarização do trabalho entre outras violações. Recente pesquisa realizada pela Universidade Federal de Sergipe e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em parceria com a Childhood Brasil, retrata o universo das grandes obras, erguidas no interior do Brasil. A pesquisa revela que a região norte do Brasil, possui o maior número de exploração sexual com 40,9%. De acordo com informações da Secretaria de Segurança Pública do estado do Tocantins, no tocante aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes, houve aumento



CEDECA GLÓRIA DE IVONE
Centro de Defesa dos Direitos da Criança
e do Adolescente - Tocantins



no número de ocorrências da violência sexual no estado. Em 2012, no período de julho a dezembro ao todo - estupro, tentativa de estupro, atentado violento ao pudor e tentativa de atentado violento ao pudor, foram contabilizados 199 casos. Já em 2013, somente no período que compreende os meses de janeiro a julho, somam-se 236 registros. Quando se trata do crime de estupro, 176 foram os número de casos registrados em 2012, sendo que em 2013 ano, até o período citado, foram contabilizados 211. Esse crescimento é decorrente de diversos fatores, entre eles está: a não priorização da criança e do adolescente, à falta de políticas públicas efetivas para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

¹Os impactos citados demonstram aumento dos casos de violência sexual, crescimento do trabalho infantil, aumento de casos de gravidez na adolescência, crianças sem paternidade reconhecida, impacto na saúde mental (elevação dos casos de depressão, drogadição), doenças derivadas da poluição ambiental (doenças de veiculação hídrica e atmosférica), maior incidência de DST/AIDS, favelização nos tecidos urbanos mais próximos às intervenções e sobrecarga na rede de serviços públicos.

²A exploração sexual de crianças e adolescentes, um das consequências decorrentes das grandes obras, se caracteriza pela utilização sexual de crianças e adolescentes com a intenção do lucro ou troca, de ordem financeira ou qualquer outra espécie. A prática é considerada uma violação aos direitos sexuais mesmo quando não acompanhada de violência física, já que a criança e o adolescente ainda não têm maturidade biopsicossocial para consentir esse tipo de relação.

³Leal e Leal definem a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como “uma relação de mercantilização (exploração/dominação) e

¹ Documento referencia: Exploração Sexual e Grandes Obras. construção de uma agenda de convergência para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Childhood Brasil 2012.

² Os homens por trás das grandes obras do Brasil. Childhood – pela proteção da infância. Brasil. 2012.

³ LEAL, Maria Lúcia Pinto e LEAL, Maria de Fátima. Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil: CECRIA, 2002.



abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores), organizados em redes de comercialização local e global (mercado), ou por pais ou responsáveis, e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda).

⁴O envolvimento de vários segmentos na organização e manutenção do mercado sexual ocorre por necessidade de pactuações para manutenção das obras de infra-estrutura, tão necessárias em algumas localidades e completamente desnecessárias em outras, que propagam e sedimentam sonhos locais de inserção das comunidades no mundo global de direitos. Os projetos de des-envolvimento são responsáveis por mudanças territoriais, que conforme Milton Santos (2001) compõe-se de objetos e ideias. Esta última, sem dúvida, a definidora da absolvição e absorção de impactos e, por isso, tão bem negligenciada de direitos humanos em nome da inclusão globalizada de sonhos.

Este relatório busca, sem pretender esgotar o assunto, retratar as dimensões dos impactos dos grandes empreendimentos nos territórios municipais, sobretudo na vida de crianças e adolescentes. A ideia desse documento é promover o debate, conhecer melhor essa realidade e oferecer subsídios para uma política de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no estado do Tocantins.

2. Área de abrangência do estudo

Usina Hidrelétrica de Peixe Angical

- 1- Paranã
- 2- Gurupi
- 3- São Valério
- 4- Peixe

Usina Hidrelétrica de São Salvador

⁴ Texto: Caderno temático Direitos sexuais são direitos humanos de crianças e adolescentes. Brasil, 2011.



CEDECA GLÓRIA DE IVONE
Centro de Defesa dos Direitos da Criança
e do Adolescente - Tocantins



5- São Salvador

6- Paranã

7- Palmeiropólis

Usina hidrelétrica de Luiz Eduardo Magalhães

8- Miracema

9- Lajeado

10- Palmas

11- Porto Nacional

12- Brejinho de Nazaré

13- Ipueiras

14-

Usina hidrelétrica do Estreito-MA

15- Aguiarnópolis

16- Babaçulândia

17- Barra do Ouro

18- Darcinópolis

19- Goiatins

20- Filadélfia

21- Itapiratins

Obras de Agronegócio

01- Porto Nacional

02 - Lagoa da Confusão

03 – Porto de Praia Norte

04 – Aguiarnópolis

05- Fatima

06 – Xambioá

07 – Lajeado

08 – Nova Rosalândia

09 – Figueirópolis

10 – Guaraí

11 – Campos Lindos

12 – Miranorte

13 – Dianópolis

14 – Palmeiras do Tocantins

15 – Formoso do Araguaia

16 – Paraíso do Tocantins

17 – Pedro Afonso

3. Metodologia



O referido estudo que ocorreu no período que corresponde ao ano de 2013, foi desenvolvido junto aos Conselhos Tutelares dos municípios onde se localizam obras de infraestrutura e agronegócio e ainda, aqueles do entorno das obras.

Para atender as finalidades desta investigação, foram utilizados os seguintes instrumentos e técnicas para a coleta de dados: análise de documentos e aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas. A pesquisa teve caráter qualitativo, uma vez que seu propósito foi levantar dados e avaliar os serviços públicos existentes nas localidades alvo da pesquisa.

O mapeamento foi realizado por meio de um questionário, contendo 10 perguntas fechadas e abertas, enviado aos conselhos tutelares de 36 (trinta e seis). Convém ressaltar que dos 36 municípios consultados somente 20 enviaram as informações solicitadas.



4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação aos serviços existentes nos municípios

Tabela 01 - Serviços existentes nos municípios impactados pelas obras de Infraestrutura

	MUNICIPIOS	TIPOS DE SERVIÇOS
01	Brejinho de Nazaré	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Delegacia de Polícia, Hospital Público, Unidade de Pronto Atendimento, 03 Escolas nível fundamental e 01 nível médio, 01 Creche Infantil.
02	Goiatins	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Delegacia de Polícia, Hospital Público, Unidade de Pronto Atendimento, Programa de Saúde da Família, Caps, Escolas e 01 Creche.
03	Figueirópolis	Centro de Referência de Assistência Social - CREAS, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Delegacia de Polícia, Hospital Público, Unidade de Pronto Atendimento, Programa de Saúde da Família, 02 Escolas nível fundamental e 01 Escola nível médio.
04	Itapiratins	Centro de Referência de assistência social - cras, delegacia de policia, hospital público, unidade de pronto atendimento, programa de saúde da família e escolas.
05	Miranorte	Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CEAS, Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, Delegacia de Polícia, Hospital Público, Programa de Saúde da Família, 01 escola de nível fundamental, 01 escola de nível médio.



06	Palmas	Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Delegacia Especializada de Proteção da Infância e Adolescência, Delegacia de Polícia, Hospitais Público, Hospital Infantil, Unidade de Pronto Atendimento, Programa de Saúde da Família, Escolas, Faculdade, Centro de Atenção Psicossocial- Caps, Serviços de acolhimento institucional, creches, escola nível fundamental e médio, ensino superior e educação profissional técnica de jovens e adultos.
07	Palmeirante	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Delegacia de Polícia, Unidade de Pronto Atendimento, Programa de Saúde da Família e escolas, 01 creche, 02 escolas de nível fundamental e 01 escola nível médio.
08	Lagoa da Confusão	Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Delegacia de Polícia, Hospital Público, Unidade de Pronto Atendimento, Programa de Saúde da Família, 01 creche, 03 escolas de nível fundamental e 01 escola nível médio.
09	Darcinópolis	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Delegacia de Polícia, Unidade de Pronto Atendimento, Programa de Saúde da Família e Escolas.
10	Aguiarnópolis	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Delegacia de Polícia, Programa Saúde da Família, Unidade de Pronto Atendimento, 01 creche, 02 escolas nível fundamental, 01 escola nível médio, 01 faculdade, educação jovens e adultos.
11	Babaçulândia	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Programa de Saúde da Família, Escolas e Serviços de Acolhimento Família Substituta.
12	São Salvador do Tocantins	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Delegacia de Polícia, Programa Saúde da Família, Unidade de Pronto Atendimento, 01 creche, 02 escolas nível fundamental e 02 escolas nível médio.



13	Filadélfia	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Delegacia de Polícia, Programa de Saúde da Família, Unidade de Pronto Atendimento e Escolas.
14	Pedro Afonso	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Delegacia de Polícia, Programa Saúde da Família, Unidade de Pronto Atendimento, Hospital Público e Escolas.
15	Xambioá	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Delegacia de Polícia, Programa Saúde da Família, Hospital Público, Escolas, Acolhimento institucional e família acolhedora.
16	Tupirama	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Delegacia de Polícia, programa saúde da família, unidade de pronto atendimento e escolas.
17	São Valério	Centro de referência de assistência social - cras, programa saúde da família, unidade de pronto atendimento, hospital e escolas.
18	Campos lindos	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Delegacia Especializada de Proteção à Infância e Adolescência, Unidade de Pronto Atendimento, 03 Escolas, 01 Faculdade, Acolhimento Institucional, Programa Família Acolhedora e Família Substituta.
19	Palmeirópolis	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Delegacia de Polícia, Programa de Saúde da Família, Hospital Público.
20	Peixe	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Delegacia de Polícia, Unidade de Pronto Atendimento, Hospital Público, Hospital Infantil, 01 creche, 08 escola de nível fundamental e 02 escolas de nível superior.

***Obs:** alguns municípios enviaram as informações sem especificar a quantidade de escolas.

Tabela 02 – Número de Denúncias por Município



MUNICÍPIOS		ANO 2008	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2012	Total de denúncias por município
01	Brejinho de Nazaré	01	0	04	0	01	06
02	Goiatins	04	05	03	02	0	14
03	Figueirópolis	01	0	0	2	2	05
04	Itapiratins	0	0	0	2	2	4
05	Miranorte	0	0	0	15	13	28
06	Palmas	25	28	33	70	29	185
07	Palmeirantes	08	05	05	07	04	29
08	Lagoa da Confusão	18	04	32	16	10	79
09	Darcinópolis	Não registrou	Não registrou	Não informou			
10	Aguiarnópolis	0	0	0	0	2	02
11	Filadelfia	Não houve registros	Não houve registros	Não houve registros	Não houve registros	01	01
12	Babaçulândia	03	06	06	04	15	34
13	São Salvador do Tocantins	Não enviou informação	Não enviou informação	Não enviou informação	Não enviou informação	Não enviou	Não enviou informação



CEDECA GLÓRIA DE IVONE
Centro de Defesa dos Direitos da Criança
e do Adolescente - Tocantins



						informação	
14	Pedro Afonso	Não possui registros no conselho tutelar	76	69	65	60	270
15	Xambioá	12	12	13	04	09	50
16	Tupirama	Não houve registro	02	01	03	Não houve registros	06
17	São Valério	Não houve registros	Não houve registros	Não houve registros	Não houve registros	Não houve registros	00
18	Campos Lindos	Não houve registros	06	02	Não houve registros	Não houve registros	08
19	Palmeirópolis	Não houve registros	Não houve registros	Não houve registros	Não houve registros	02	02
20	Peixe	Não houve registros	04	03	Não houve registros	03	10



De acordo com dados acima, dos municípios que encaminharam as informações, Pedro Afonso aparece em 1º lugar no ranking das denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, seguido de Palmas. Segundo o Conselho Tutelar de Pedro Afonso, um dos principais motivos de violência é o alto índice de crianças e adolescentes em situação de drogadição e exploração sexual problemas que concretamente ocorrem em locais impactados por grandes empreendimentos.

EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Assistência Social

- Dos 20 (vinte) municípios que enviaram as informações, 19 possuem o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
- 04 (quatro) possuem o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Segurança Pública

- Dos 20 municípios, 16 possuem Delegacia de Polícia;
- Somente Palmas possui Delegacia Especializada de Proteção à Criança e do Adolescente.

Saúde

- Dentre os 20 municípios, apenas 10 possuem Hospital público;
- 16 municípios possuem o Programa de Saúde da Família – PSF;



- Somente Palmas possui Hospital infantil;
- O município de Palmas somente, possui o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS.

- **Educação**

Em relação aos 20 municípios:

- 15 possuem creches;
- 16 possuem escola de nível fundamental do 5º ao 9º ano;
- 17 possuem escolas de nível médio;
- 6 possuem educação de nível superior;
- 3 possuem educação profissionalizante para jovens e adultos (Palmas, Campos Lindos, Aguiarnópolis)

Quanto ao crescimento na oferta de serviços públicos por área

- 10 municípios responderam que aumentou a oferta nos serviços de Saúde;
- 10 responderam que houve crescimento na Educação;



- 09 disseram que houve crescimento nos serviços de Assistência Social;
- 16 responderam que houve crescimento nos serviços de habitação;

Quanto à classificação do acesso aos serviços públicos

01 município respondeu que os serviços estão ótimos.

04 classificaram os serviços como bom.

10 responderam que estão regulares.

02 classificaram que estão ruins os serviços públicos.

Obs: Dos 20 municípios que encaminharam as informações, 03 (três) não se posicionaram quanto à classificação dos serviços.



Gráfico 01 – Percentual - classificação dos serviços

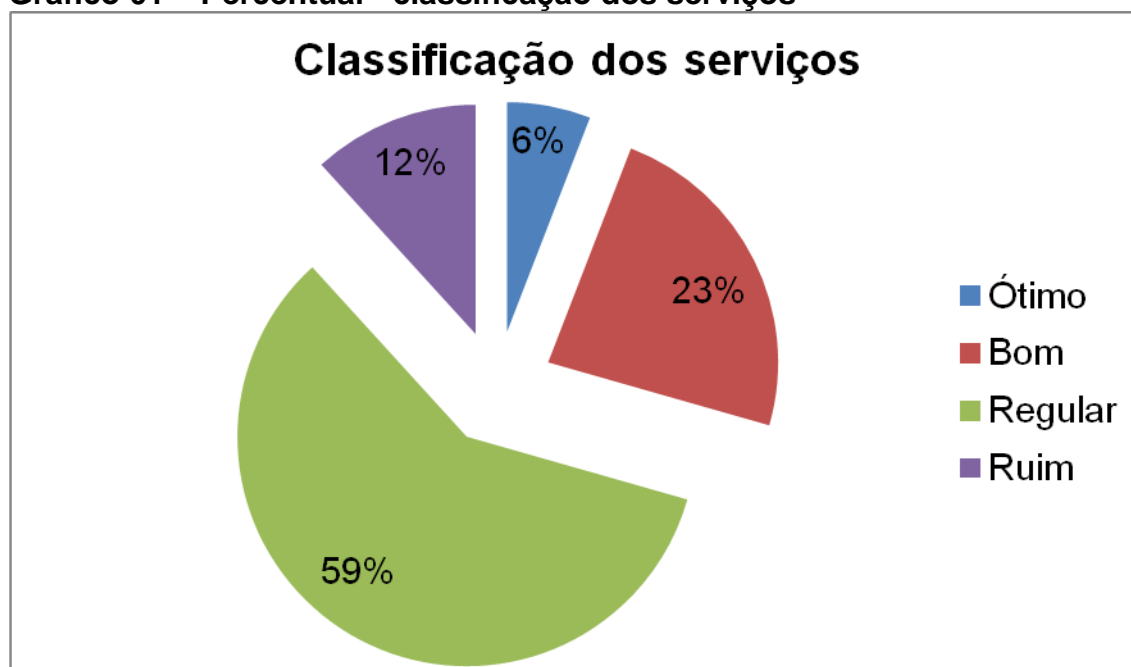
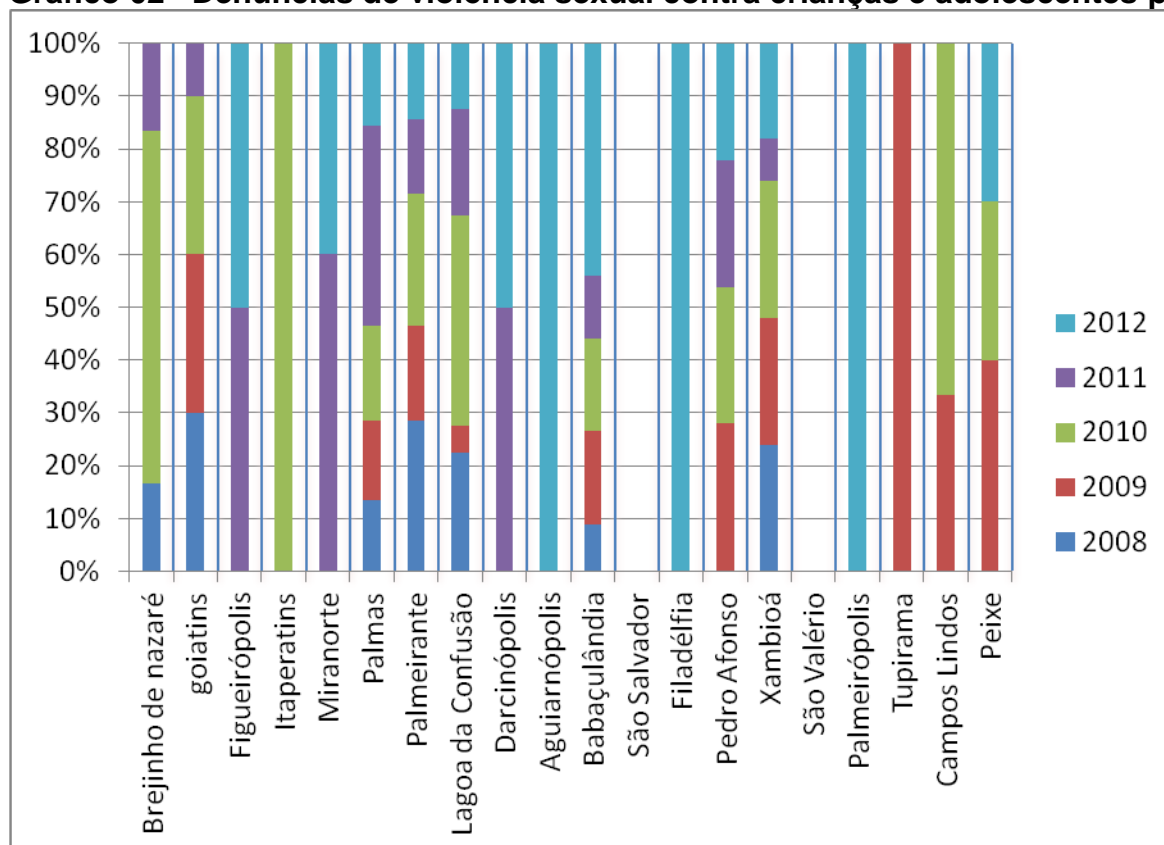




Gráfico 02– Denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes por município.



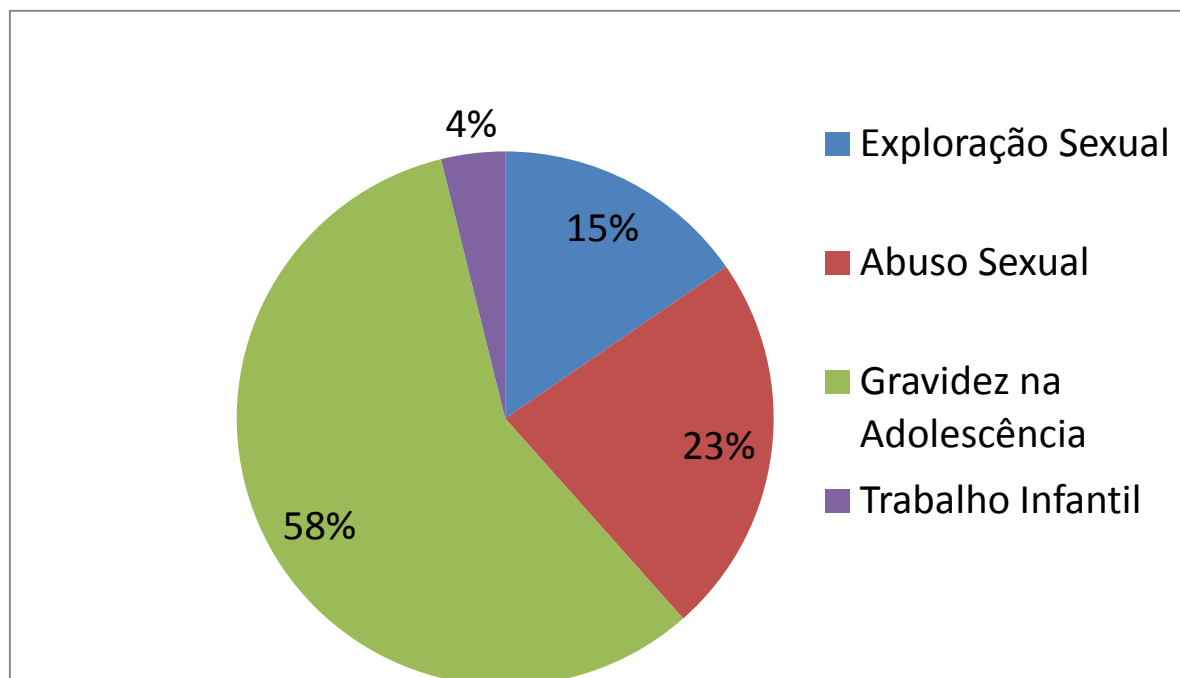
A baixa ocorrência de denúncia no Conselho Tutelar, conforme mostra o gráfico acima, não significa que não tenha havido violência contra a criança e o adolescente na área em estudo. Vale lembrar que a denúncia muitas vezes não chega até o



Conselho Tutelar por muitos motivos, dentre os quais: o medo, a falta de credibilidade da polícia, a impunidade, segredo de família em torna da violência, a ameaça do agressor, a omissão da família, dos profissionais da saúde e dos educadores em não notificar a suspeita ou ocorrência de abuso e exploração sexual.

No tocante à pergunta feita aos conselhos tutelares acerca dos principais problemas enfrentados, com a chegada das grandes obras foram obtidos os resultados demonstrados abaixo:

Gráfico 03 - Problemas enfrentados em função da construção das grandes obras



Quanto ao Trabalho Infantil

Dos 20 municípios que enviaram as informações, somente 05 registraram número de denúncia de trabalho infantil, à saber: Brejinho de Nazaré, Xambioá, Figueirópolis, Pedro Afonso e Palmas.

Tabela 03 – Denúncias de Trabalho Infantil por municípios



CEDECA GLÓRIA DE IVONE
Centro de Defesa dos Direitos da Criança
e do Adolescente - Tocantins



Município	2008	2009	2010	2011	2012	Fem.	Masc.	Total
Brejinho de Nazaré	-	-	-	-	03	-	03	03
Goiatins	02	01	03	01	0	02	05	07
Xambioá	-	-	-	-	05	01	04	05
Figueirópolis	-	-	-	05	08	03	10	13
Pedro Afonso	-	21	19	14	09	29	34	63
Darcinópolis	-	-	03	-	-	-	03	03
Palmas	08	11	20	61	10	Não mencionou	Não mencionou	110



5. CONCLUSÃO

Nos últimos anos no Brasil vem se afirmando um modelo de desenvolvimento marcado pela construção de grandes obras, como exemplo barragens, hidrelétricas e agronegócios. A construção destas obras é marcada pela sistemática violação de direitos humanos dos impactados bem como pelo desrespeito à legislação nacional e convenções internacionais. ⁵Os avanços das obras no Brasil devem ser contemplados pelo olhar estratégico dos planos nacional, estaduais e municipais de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes para que se garantam os direitos das crianças e adolescentes, prevenindo qualquer forma de violência como o impacto dos grandes empreendimentos.

O enfrentamento a essas graves violações devem se dar por meio de ações articuladas e referenciais, como previsto no objetivo geral do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/TO), como um órgão responsável por deliberar sobre a política de atenção à infância e adolescência no estado do Tocantins, tem também o papel de ampliar esse debate sobre as políticas públicas relacionadas ao tema na condição de agente normatizador e articulador.

Por ocasião do Colóquio Estadual “Violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto das grandes obras de infraestrutura” foi possível construir alguns indicadores, para a prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e

⁵ Documento referencia: Exploração Sexual e Grandes Obras. Construção de uma agenda de convergência para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Childhood Brasil 2012.



adolescente, no entanto, como já dito anteriormente, o debate não se esgota em um encontro e em um relatório. Ainda assim, espera-se que este material possa subsidiar o início de um debate fundamental em que pesem os impactos sociais dos grandes empreendimentos em andamento e em planejamento no estado do Tocantins. Trata-se de conjunto de proposições que devem fomentar e provocar a construção de uma agenda convergente multiatores, especialmente os órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos- SGD, reconhecendo o papel fundamental de todos os setores da sociedade:

- Definir uma política pública estadual que priorize os direitos humanos de crianças e adolescentes.
- Executar e monitorar o Plano Estadual de Enfrentamento à violência Sexual.
- Elaborar o Plano estadual de enfrentamento ao trabalho infantil.
- Assegurar a prevenção primária nas escolas, como forma de reduzir as vulnerabilidades na adolescência.
- Assegurar que as empresas privadas e construtoras das usinas Hidrelétricas e grandes empreendimentos destinem recursos financeiros para o Fundo da Infância e Adolescência – FIA.
- Implementar e assegurar o funcionamento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA no estado do Tocantins.
- Assegurar a construção de escolas com estrutura física adequada e ensino de qualidade no campo.
- Unificar os dados relativos à violência contra crianças e adolescentes com a finalidade de embasar as políticas públicas.



- Exigir que empreendedores ou concessionários incorporem aos Projetos Básicos Ambientais a previsão de campanhas contínuas sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, tendo como público os trabalhadores mobilizados pela obra, independentemente de qual seja o ente que os contrate.
- Criar o Sistema de Notificação Unificado no Estado do Tocantins.
- Assegurar no licenciamento ambiental, por meio dos instrumentos relacionados à expedição de licenças, a obrigatoriedade da realização de monitoramento das violações de direito de crianças e adolescentes, ao longo de todo o período de execução das obras.
- Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos.
- Realizar Consultas públicas inclusive com a participação de crianças e adolescentes antes da implantação de grandes obras.
- Aparelhar e qualificar os Conselhos Tutelares para o atendimento dos casos de violação de direitos.
- Assegurar no licenciamento ambiental a obrigatoriedade de realização de monitoramento das violações de direitos de crianças e adolescentes ao longo de todo período de execução da obra.



6. Referências Bibliográficas

Caderno Temático: **Direitos Sexuais são Direitos Humanos**. 2ª Ed. Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto Juvenil. Brasil. 2011.

Exploração Sexual e Grandes Obras. Construção de uma agenda de convergência para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Childhood Brasil 2012.

LEAL, Maria Lúcia Pinto e LEAL, Maria de Fátima. **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil**: CECRIA, 2002.



7. ANEXO

QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES

Pergunta 1. Quais os serviços existentes no município?

Possui Centro de Referência de Assistência Social - CRAS?

Possui Centro Especializado de Assistência Social – CREAS?

Delegacia Especializada de Proteção da Infância e Adolescência?

Delegacia de Polícia?

Pergunta 2. Saúde

2.1 Possui Programa de Saúde da Família PSF?

2.2 Unidade de Pronto Atendimento?

2.3 Hospital Público?

2.4 Hospital Infantil?

2.5 Centro de Atenção Psicossocial – CAPS?

Pergunta 3. Educação

3.1 Número de creches infantil no município?

3.2 Escolas de nível fundamental do 5º ao 9º ano?

3.3 Escolas de Nível Médio?

3.4 Ensino superior?

3.5 Educação profissional técnica de jovens e adultos?

Pergunta 4. Serviços de Acolhimento

4.1 Acolhimento Institucional?



- 4.2 Família Acolhedora?
- 4.3 Família Substituta?
- 4.4 Outros?

Pergunta 5. Informações da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes

- 5.1 Quantidade de crianças e adolescentes em situação de abuso sexual?
- 5.2 Quantidade de crianças e adolescentes em situação de abuso sexual por idade?
- 5.3 Quantidade de crianças e adolescentes em situação de violência sexual intrafamiliar?
- 5.4 Quantidade de crianças e adolescentes em situação de violência sexual extrafamiliar?
- 5.5 Local da violência?
- 5.5 Quantidade de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual?
- 5.6 Quantidade de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual por idade?
- 5.7 Número de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual intrafamiliar?
- 5.8 Quantidade de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual extrafamiliar?
- 5.9 Local da Violência?

Pergunta 6. Com a construção das grandes obras aumentou a oferta de serviços?

- 6.1 Saúde?
- 6.2 Educação?
- 6.3 Assistência Social?
- 6.4 Habitação?
- 6.5 Outros?

7. Com a construção quais os maiores problemas enfrentados em seu município em função das grandes obras?

- 7.1 Exploração sexual de crianças e adolescentes?
- 7.2 Abuso Sexual?



7.3 Gravidez na adolescência?

7.4 Trabalho Infantil?

7.5 Aumento da demanda de serviços de saúde, educação e assistência social?

7.6 Outros?

8. Há crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no município? Citar quantidade por ano.

9. Com a chegada da obra no município a violência sexual contra crianças e adolescentes, tem aumentado? De que forma?

10. Classifique como está o acesso de crianças e adolescentes aos serviços públicos com a construção das grandes obras?

ótimo

bom

regular

ruim

outros.